



Poder Judiciário do Rio Grande do Norte

Fórum dos Juizados Especiais Cíveis Prof. Jalles Costa

2ª Secretaria Unificada dos Juizados Especiais Cíveis

11º Juizado Especial Cível da Comarca de Natal

Praça André de Albuquerque, 534 (por trás da parada metropolitana), Cidade Alta, Natal/RN, CEP: 59.025-580, fone: (84) 3673-8855,
e-mail: atendimento2jec@tjrn.jus.br

Processo: 0801553-35.2026.8.20.5004

Promovente: MATHEUS FAUSTINO DA SILVA SOUZA e outros

Promovido: HABYNER ALEXANDRINO MOURA DE LIMA

DECISÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA

I- RELATÓRIO

Trata-se de pedido de tutela provisória em que a parte autora postula provimento liminar para que a parte ré publique a resposta dos autores nas plataformas digitais, sob pena de multa diária.

Para tanto, relata que os autores "são, respectivamente, Vereador no exercício do mandato e seu Assessor Parlamentar regularmente designado, atuantes na Câmara Municipal de Natal/RN" e que o réu "vem praticando militância em desfavor do Vereador, com a intenção de assassinar a reputação dele perante os cidadãos natalenses."

Prossegue afirmando que o réu é "jornalista com expressiva atuação em redes sociais" e tem veiculado "conteúdo audiovisual em plataformas digitais de amplo alcance, notadamente Instagram e TikTok, imputando aos Autores, de forma direta e indireta, a prática de conduta ilícita consistente na suposta existência de 'funcionário fantasma' no gabinete parlamentar do primeiro Autor, atribuindo tal condição ao s e g u n d o A u t o r . "

É o que há para relatar. Fundamento e decido sobre o pedido.

II - FUNDAMENTOS

Cumpra destacar que os autores não visam a tutela específica do direito de resposta, conforme lhes faculta o art. 12 da Lei nº 13.188/2015: "[Art. 12](#). Os pedidos de reparação ou indenização por danos morais,



materiais ou à imagem serão deduzidos em ação própria, salvo se o autor, desistindo expressamente da tutela específica de que trata esta Lei, os requerer, caso em que o processo seguirá pelo rito ordinário."

Esta opção, entretanto, não os isenta de demonstrar fatos constitutivos do direito de resposta ainda que analisados sob o prisma do poder geral de tutela. Assim, a probabilidade do direito alegado no caso concreto se caracterizaria pela comprovação do exercício do direito no prazo legal e pela negativa do pedido de resposta.

Os documentos que instruem o requerimento inicial, entretanto, apenas apresentam o vídeo que os autores consideram ofensivo. Assim, não se vislumbra a probabilidade do direito, eis que é temerário declarar a violação do direito de resposta sem o mínimo lastro probatório quanto aos requisitos legais.

Deste modo, se de imediato inexistente a probabilidade do direito, deixo de averiguar se presente ou não o perigo de dano, porquanto é sabido que estes requisitos são cumulativos, sendo que um não pode subsistir sem a concomitância do outro.

Ora, para que seja deferido um provimento liminar, na espécie tutela antecipada, sem ouvir o réu, é necessário que os pressupostos devidos estejam presentes, de forma cumulativa, sendo exatamente o fundamento da medida, o que agora não se enxerga.

Portanto, os elementos colacionados aos autos não são suficientes para firmar a convicção necessária da existência dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da medida pleiteada, sem ouvir a parte adversa.

III - DISPOSITIVO:

Pelo exposto, **indefiro o pedido de medida liminar** por entender que não se demonstrou os requisitos para concessão da medida pleiteada.

IV- INTIMAÇÕES NECESSÁRIAS

Por fim, tendo em vista a adoção do modelo híbrido de trabalho nos termos do art. 13, §2º da Resolução nº 28/22- TJRN, de 20 de abril de 2022, cite-se e intime-se a parte ré para, no prazo de 15 dias, responder ao pedido da parte autora de modo a:

- a) CONTESTAR, inclusive o pedido de tutela, sob pena de revelia, pugnando pelo julgamento antecipado ou pela realização de audiência de instrução, especificando, neste caso, quais as provas que pretende produzir; e
- b) APRESENTAR, se o desejar, PROPOSTA DE ACORDO, especificando os detalhes pertinentes.

HAVENDO RESPOSTA DA PARTE RÉ, a parte autora deverá ser intimada para, conforme o caso, manifestar-se sobre a contestação e/ou eventual proposta de acordo no prazo de 15 dias, bem como sobre a necessidade de realização de audiência de instrução.



Natal/RN, na data registrada no sistema.

EDUARDO BEZERRA DE MEDEIROS PINHEIRO

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

